Estratégia CONCURSOS

Aul

Contabilidade de Custos p/ ICMS-RJ (Auditor Fiscal) Com Videoaulas

Professor: Gabriel Rabelo, Luciano Rosa

CONTABILIDADE DE CUSTOS: CUSTO: CONCEITO, NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS, CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS, SISTEMAS DE CUSTEIO, FORMAS DE PRODUÇÃO, MÉTODOS DE CUSTEIO E SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTO.

1 - APRESENTAÇÃO 2
2 - FUNÇÕES DA CONTABILIDADE DE CUSTOS, FINANCEIRA E GERENCIAL. 7
2.1 - CONTABILIDADE FINANCEIRA 7
2.2 - CONTABILIDADE GERENCIAL 8
2.3 - DEFINIÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL – SÉRGIO DE IUDÍCIBUS 8
2.4 - CONTABILIDADE DE CUSTOS 10
3 - CUSTO: CONCEITO, NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS, CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS, SISTEMAS DE CUSTEIO, FORMAS DE PRODUÇÃO, MÉTODOS DE CUSTEIO E SISTEMAS DE CONTROLE CUSTO. 11
3.1 – CONCEITO 11
3.2 - NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS 11
4 - CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS 21
4.1 - CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS 21
4.2 - CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS 21
4.3 - CUSTOS SEMIFIXOS 22
4.4 - CUSTOS SEMI VARIÁVEIS 22
4.5 - COMPORTAMENTO DOS CUSTOS VARIÁVEIS E DOS CUSTOS FIXOS UNITÁRIOS E TOTAIS 22
4.6 - CUSTOS CONTROLÁVEIS E NÃO CONTROLÁVEIS. 23
5 - SISTEMA DE CUSTOS 24
5.1 - FORMAS DE PRODUÇÃO 24
6 - MÉTODO DE CUSTEIO 25
6.1 - CUSTEIO POR ABSORÇÃO: 25
6.2 - CUSTEIO VARIÁVEL OU CUSTEIO DIRETO 25
7 - SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTOS 26
8 - OBJETOS DE CUSTOS 26
9 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CONTABILIDADE DE CUSTOS 27
9.1 - PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE 28
9.2 - PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA 29
9.3 - PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL 30
9.4 - PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA 32
10 - RESUMO GERAL 33
11 - QUESTÕES COMENTADAS 35
12 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA 50
13 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA 58

1 - APRESENTAÇÃO

Olá, meus amigos. Como estão? Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o **melhor curso preparatório para concursos deste país**!

É com grande satisfação que estamos aqui para ministrar para vocês a disciplina de **Contabilidade de Custos** para o concurso de **Auditor Fiscal da Receita Estadual,** integrante da carreira da **Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro**.

O Estratégia conta com os melhores professores do Brasil, não tenha dúvidas. Certamente, estudando pelo material que ofereceremos aqui, em todas as disciplinas, você não precisará de mais nada para ter uma preparação sólida e focada para este certame. Creiam-me.

O cargo dispensa maiores comentários, posto que, além da excelente remuneração, tem importância vital na arrecadação das receitas do estado.

Antes de começarmos nosso curso, permita que nos apresentemos:

Meu nome é **Gabriel Rabelo**, sou futuro colega de vocês, **Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro** e **professor colaborador de direito empresarial e contabilidade** no site do **Estratégia**.

Autor dos livros **1.001 Questões Comentadas de Direito Empresarial – FCC** e **1.001 Questões Comentadas de Direito Administrativo – ESAF**, este último em coautoria com a professora Elaine Marsula, ambos publicados pela Editora Método.

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos** no site do **Estratégia.**

Lançamos juntos, pela **Editora Método**, o livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas. Este livro é baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está disponível para venda no site da editora e nas diversas livrarias.

Contaremos também neste curso com o apoio do professor **Julio Cardozo**, graduado em ciências contábeis pela UFPR, e **Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado do Espírito Santo**. O **fórum de dúvida deste curso estará a cargo dele**, principalmente, mas nós três responderemos, se preciso.

O Curso, Edital E Prova

O último edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de **30 de setembro de 2013**.

A Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro vem realizando concursos sistematicamente desde o ano de 2007. O que se quer promover no âmbito do órgão é a renovação do quadro de pessoal, já que grande parte dos auditores provindos de concursos anteriores (1967 e 1989) dentro de pouquíssimos anos terão condições plenas de aposentadoria.

Além disso, a Receita Estadual está passando por uma grande mudança institucional, o que inclui um processo de valorização da carreira, melhorias na remuneração, infraestrutura, entre outros fatores.

O trabalho é extremamente aprazível. Ao longo da carreira, há várias possibilidades de lotação, o que inclui vagas para quem quer, de fato, fiscalizar, julgamento, planejamento, administração, etc.

Existem sedes no Rio de Janeiro (capital) e no interior, sendo que a administração, quando da lotação, considera (sempre considerou), de certo modo, o interesse e vocação dos auditores.

A banca organizadora do último concurso foi a **Fundação Carlos Chagas (FCC)**, ao revés do que tivemos nos outros certames, que foram organizados pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. De toda a sorte, faremos aqui um curso voltado eminentemente para a FCC, incluindo, também, algumas questões dos concursos anteriores, cuja resolução será de boa valia para agregar conhecimento.

A remuneração inicial hoje é de **R$ 13.186,76**. Além disso, algumas outras vantagens pecuniárias podem ser citadas, como a existência de triênios para aqueles que já possuem tempo de serviço (aceito de qualquer esfera), auxílio moradia para aqueles que sejam lotados em postos fiscais e, eventualmente, atendidos alguns critérios legais e satisfeitas metas de arrecadação, uma participação pecuniária, chamada no Estado de PPE.

Trata-se de excelente salário se comparado à média de trabalhadores da iniciativa privada.

É requisito para ingresso no cargo diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de ensino Superior, fornecido por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.

O total de vagas oferecidas no último concurso foi distribuído do seguinte modo:

Cód. Opção	Cargo	Escolaridade/Pré-requisitos	Total de Vagas (*)	Nº de vagas reservadas aos candidatos com deficiência (**)	Nº de vagas reservadas aos candidatos negros e índios (***)
A01	Auditor Fiscal da Receita Estadual –3ª Categoria	Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de ensino Superior, fornecido por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.	50	03	10

(*) Total de vagas (incluindo-se a reserva para candidatos com deficiência e candidatos negros e índios).
(**) Reserva de vagas para candidatos com deficiência em atendimento ao Decreto federal nº 3.298/1999 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 2.298/1994, com redação alterada pela Lei estadual nº 2.482/1995.
(***) Reserva de vagas para candidatos negros e índios em atendimento à Lei Estadual nº 6.067/2011.

O concurso foi composto das seguintes provas, disciplinas, número de questões por disciplinas, total de questões e duração:

Provas	Disciplinas	Nº de questões por Disciplina	Total de Questões	Duração das Provas
Prova 1 (P1)	Língua Portuguesa Língua Inglesa Administração e Informática G1 - Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos e Auditoria G2 - Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Penal	20 10 26 20 24	100	5h
Prova 2 (P2)	Direito Empresarial (Comercial) Economia e Finanças Públicas G3 - Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico G4 - Direito Tributário, Legislação Tributária e Legislação das Receitas não Tributárias	12 18 24 46	100	5h

É importante salientar que apenas 24 candidatos conseguiram aprovação, pois é necessário acertar 50% dos pontos de cada disciplina. Assim, devido à dificuldade do certame, quanto antes começar a sua preparação, melhor.

Portanto, dos **200 pontos disponíveis, 20 são de contabilidade geral, custos e auditoria**, o que representa um total de **10%** para essas matérias. Todavia, não podemos dizer que a divisão entre tais disciplina será equânime. Em 2007, por exemplo, tivemos pouquíssimas questões de auditoria, predominando a cobrança de contabilidade. Em 2011, por seu turno, tivemos 10 questões de auditoria.

Além disso, há que se ressaltar que o candidato deve fazer o mínimo de 50% por grupo de matérias. Destarte, deve acertar ao menos 10 questões de contabilidade e auditoria. Pode, pois, acertar 10 de contabilidade e errar todas de auditoria. Ou pode, por exemplo, acertar 5 de contabilidade e 5 de auditoria. Há, ainda, o mínimo de 60% em cada prova.

Assim, não restam dúvidas da importância da disciplina. Portanto, ofereceremos aqui uma preparação completa nesta disciplina, com foco total na **Fundação Carlos Chagas**. Esta banca não é famosa por explorar as questões mais complexas ou os maiores planos de contas, mas, sim, por apresentar questões inteligentes, cuja proposta pode enganar os candidatos que não estiverem

atentos às novidades no mundo contábil, como os Pronunciamentos Contábeis emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

E como combateremos o examinador?! Simples, faremos uma carga adequada de teoria e questões comentadas!

Venha estudar conosco e saia à frente da concorrência!

A ementa de contabilidade de custos é a seguinte:

Contabilidade de custos 1. Custo: conceito, nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, classificação dos custos e despesas, sistemas de custeio, formas de produção, métodos de custeio e sistemas de controle de custo. 2. Custeio por absorção e custeio variável. 3. Custeio e controle dos materiais diretos. 4. Custeio, controle, tratamento contábil da mão de obra direta e indireta. 5. Custeio, tratamento contábil e custos indiretos de fabricação. 6. Critérios de rateio. 7. Custeio por ordem e por processo. 8. Custos e custeio da produção conjunta. 9. Coprodutos, subprodutos e sucatas: conceito, cálculo e tratamento contábil. 10. Margem de contribuição. 11. Análise das relações custo/volume/lucro. 12. O ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. 13. Custeio baseado em atividades. ABC - Activity Based Costing.

Nossas aulas, por seu turno, serão assim divididas:

Aula	Data	Conteúdo
Aula 0	Disponível	1. Custo: conceito, nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, classificação dos custos e despesas, sistemas de custeio, formas de produção, métodos de custeio e sistemas de controle de custo.
Aula 1	07.11.2018	2. Custeio por absorção e custeio variável. 3. Custeio e controle dos materiais diretos. 4. Custeio, controle, tratamento contábil da mão de obra direta e indireta.
Aula 2	14.11.2018	5. Custeio, tratamento contábil e custos indiretos de fabricação. 6. Critérios de rateio. 7. Custeio por ordem e por processo.
Aula 3	21.11.2018	8. Custos e custeio da produção conjunta. 9. Coprodutos, subprodutos e sucatas: conceito, cálculo e tratamento contábil.
Aula 4	28.11.2018	10. Margem de contribuição. 11. Análise das relações custo/volume/lucro. 12. O ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. 13. Custeio baseado em atividades. ABC - Activity Based Costing.

A Contabilidade de custos apresenta uma característica interessante. A parte teórica não é difícil. Mas é essencial a resolução de questões para fixar a matéria e pegar velocidade.

Além disso, trataremos, sempre que possível e necessário, das modificações contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, além dos Pronunciamentos Contábeis emanados pelo CPC.

Inscrevendo-se neste curso, você estará se matriculando no curso de **Contabilidade de Custos para Auditor Fiscal da Receita Estadual,** do **Estado do Rio de Janeiro**. E o que isso significa? A sua principal característica é que você está adquirindo uma preparação completa desta disciplina para este concurso específico.

Assim, **uma vez que será apresentado junto de um bom acervo de videoaulas, este curso será uma ótima oportunidade para aqueles que desejam aprender a contabilidade de maneira mais sólida e objetiva**.

Os principais destaques deste curso são:

- Conteúdo teórico completo, apresentado com objetividade e de modo fácil.
- Grande acervo de questões comentadas especialmente da Fundação Carlos Chagas.
- Não há exigência de conhecimento prévio.
- Contato direto com o professor para responder dúvidas.
- Material atualizado com as últimas modificações contábeis existentes
- Apresentação de videoaulas para consolidação do assunto.

Atenção! Nem todas as aulas possuem videoaulas por enquanto. Estamos em processo de gravação e postaremos mais vídeos ao longo do curso. Ademais, por ser este curso essencialmente um PDF, pode ser que nem todos os tópicos do curso estejam minuciosamente gravados. Mas, creiam, isso não será um problema!

Ademais, estamos à disposição para sanar as dúvidas que surjam no decorrer do curso.

Vamos começar?

Forte abraço!

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa

Observação: Acompanhem nossas redes sociais para dicas, questões e atualizações gratuitas:

Facebook: Página - Gabriel Rabelo
Página - Luciano Rosa
YouTube: Canal do YouTube - Gabriel Rabelo
Participe também do nosso grupo de estudos no Facebook: Clique aqui!

2 - FUNÇÕES DA CONTABILIDADE DE CUSTOS, FINANCEIRA E GERENCIAL.

A **principal função da contabilidade é a de fornecer informações úteis para a tomada de decisão**. Podemos dividir os usuários em dois grandes grupos: usuários externos e usuários internos.

2.1 - CONTABILIDADE FINANCEIRA

Entre os usuários externos das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação.

Usuários da contabilidade	
Usuários externos	Investidores atuais
	Investidores potenciais
	Empregados
	Credores
	Fornecedores
	Clientes
	Governos e agências
	Público

As **demonstrações contábeis destinadas aos usuários externos precisam ter credibilidade**. Se uma empresa começa a apresentar resultados ruins, que deterioram a sua situação patrimonial e financeira, o que a impede de "melhorar" os números das demonstrações?

Afinal, uma empresa em dificuldades não tem crédito na praça. Os fornecedores exigem pagamento à vista (às vezes até antecipado), os bancos não emprestam, e a empresa pode acabar falindo.

Para conferir credibilidade aos demonstrativos, as empresas devem seguir os princípios contábeis. Há regras estritas sobre o que deve ser contabilizado, como realizar o reconhecimento da receita, enfim, todo o arcabouço que compõe a contabilidade financeira.

Além disso, para as grandes empresas e as sociedades por ações, há o parecer dos auditores independentes, atestando que as demonstrações representam adequadamente a situação da empresa.

As informações destinadas aos usuários externos são elaboradas pela **contabilidade financeira**, através das demonstrações contábeis.

2.2 - CONTABILIDADE GERENCIAL

Para os **usuários internos (administração da empresa)**, a situação muda totalmente. Não há necessidade de credibilidade. Como a administração controla a elaboração das informações, não iria "enganar a si mesma", com informações falsas.

Assim, a **contabilidade gerencial** não se prende a nenhuma convenção ou princípio contábil. Os relatórios da contabilidade gerencial devem atender à necessidade de informação da administração da empresa.

Contabilidade gerencial → **Não se prende a convenção ou princípio.**

Para isso, usam conceitos e técnicas oriundos de diversas disciplinas, como a contabilidade, custos, análise de balanço, economia, estatística, administração de empresas etc.

A Associação Nacional dos Contadores dos Estados Unidos define Contabilidade Gerencial como **o processo de identificação, mensuração, acumulação, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos**. (Clóvis Luiz Padoveze, Contabilidade Gerencial, Editora Atlas, 2ª Edição, 1997).

2.3 - DEFINIÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL – SÉRGIO DE IUDÍCIBUS

Para Sérgio de Iudícibus, "a contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório". (Sérgio de Iudícibus, Contabilidade Gerencial, Editora Atlas, 3ª Edição, 1984).

Comparação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira:

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos relatórios	Externos e Internos	Internos
Objetivo dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custos, relatórios especiais não rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Frequência dos relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente mensal	Quando necessário pela administração
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados)	Históricos e esperados (previstos)
Bases de mensuração usadas para quantificar os dados	Moeda corrente	Várias moedas (moeda corrente, moeda estrangeira - moeda forte, medidas físicas, índices, etc.)
Restrições nas informações fornecidas	Princípios contábeis Geralmente Aceitos	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Arcabouço teórico e técnico	Ciências Contábil	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Características da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica	Orientada para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

(Fonte: Clóvis Luiz Padoveze, "Contabilidade Gerencial", Editora Atlas, 1997)

2.4 - CONTABILIDADE DE CUSTOS

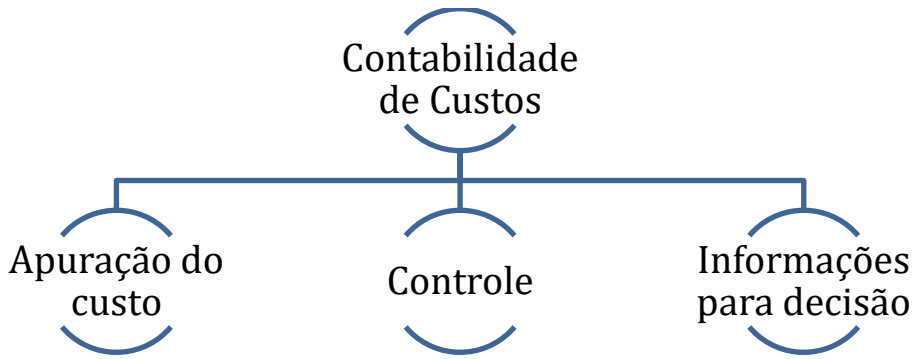
Este ramo da contabilidade surgiu com a Revolução Industrial, no século XVIII. O surgimento de empresas industriais, com processos de produção cada vez mais complexos, exigia uma técnica de apuração do custo dos produtos mais elaborada que as empresas comerciais.

Assim, a Contabilidade de Custos tinha, inicialmente, como principal função a avaliação de estoques nas empresas industriais.

Atualmente, **a Contabilidade de Custos fornece informações tanto para a Contabilidade Financeira (apuração dos estoques e do custo das vendas, elaborado a partir dos princípios contábeis) quanto para a Contabilidade Gerencial (custo-padrão, custos para decisão, para controle, etc).**

Podemos dizer que a Contabilidade de Custos apresenta três grandes áreas de atuação: **apuração do custo, controle e informações para decisão**, as quais serão analisadas nas aulas seguintes.

ESQUEMATIZANDO



3 - CUSTO: CONCEITO, NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS, CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS, SISTEMAS DE CUSTEIO, FORMAS DE PRODUÇÃO, MÉTODOS DE CUSTEIO E SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTO.

Para a definição dos diversos conceitos de custos, vamos nos basear no livro "**Contabilidade de Custos",** do Prof. Eliseu Martins, Editora Atlas, 10ª Edição, 2010. As bancas costumam cobrar questões literais deste livro.

3.1 – CONCEITO

Custo: é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. [1]

Ou seja, os gastos relacionados com a produção de bens e serviços são custos. Exemplos: matéria prima, mão de obra usada na produção, energia elétrica da fábrica, etc.

3.2 - NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS

Gasto: compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro). [2]

Conceito muito abrangente, pode ser aplicado a todos os bens e serviços recebidos. Assim, temos Gastos com a compra de matérias-primas, Gastos com mão-de-obra, Gastos com honorários da diretoria, Gasto na compra de imobilizado, etc.

Desembolso: pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.[3]

Investimento: gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s). [4]

---

[1] . (Eliseu Martins, 'Contabilidade de Custos", 10ª Edição).

[2] . (Eliseu Martins, 'Contabilidade de Custos", 10ª Edição).

[3] . (Eliseu Martins, 'Contabilidade de Custos", 10ª Edição).

[4] . (Eliseu Martins, 'Contabilidade de Custos", 10ª Edição).

Os investimentos são os **gastos que ficam "estocados" nos ativos da empresa**, e que são baixados através da venda ou do seu consumo.

Podem ser de diversas naturezas e de períodos de ativação variados. A matéria-prima é um gasto contabilizado temporariamente como investimento circulante. A máquina é um gasto que se transforma num investimento permanente. As ações adquiridas de outras empresas são gastos comumente classificados como investimentos financeiros.

> **Custos: gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.** [5]

Segundo Eliseu Martins, o custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. Exemplos - a matéria-prima foi um gasto na sua aquisição que imediatamente se tornou investimento, e assim ficou durante o tempo de sua estocagem, sem que aparecesse nenhum Custo associado a ela. No momento de sua utilização na fabricação de um bem, surge o Custo da matéria-prima como parte integrante do bem elaborado. Este, por sua vez, é de novo um investimento, já que fica ativado até sua venda.

> **Despesa: bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.** [6]

Esse conceito costuma provocar alguma confusão, e é explorado em provas.

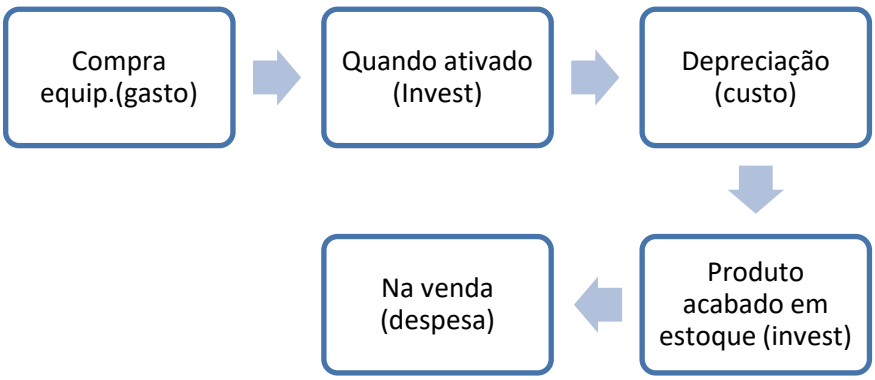
"O equipamento usado na fábrica, que fora gasto transformado em investimento e posteriormente considerado parcialmente como custo torna-se, na venda do produto feito, uma despesa." (Eliseu Martins, obra citada).

Vamos entender melhor. A compra do equipamento gera um Gasto. Ao ser ativado (contabilizado no Ativo), torna-se Investimento. Quando é utilizado na produção de outros bens e serviços, a sua depreciação torna-se Custo. Durante o período em que o produto acabado fica estocado, temos investimento, novamente. E, ao ser vendido, surge uma Despesa.

Vamos esquematizar?

[5] (Eliseu Martins, 'Contabilidade de Custos", 10ª Edição).

[6] (Eliseu Martins, "contabilidade de custos".)



Observação: o nome "Custo das Mercadorias Vendidas", que aparece na DRE, é a denominação mais comum, mas não é a mais correta tecnicamente.

Vamos ler mais um pouco do livro do Prof. Eliseu Martins:

O computador da secretária do diretor financeiro, que fora transformada em investimento, tem uma parcela reconhecida como despesa (depreciação), sem transitar por custo.

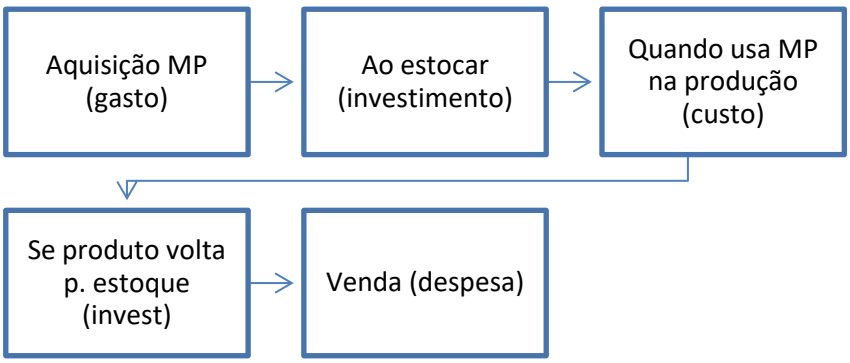
As **despesas são itens que reduzem o Patrimônio Líquido e que têm essa característica de representar sacrifícios no processo de obtenção de receitas**.

Exemplo: No momento da sua aquisição, a matéria-prima é um gasto. Ao ser estocada, transforma-se em Investimento. Ao ser utilizada na produção, torna-se custo. Caso o produto acabado resultante volte ao estoque, volta a ser considerada investimento. Finalmente, transforma-se em despesa quando ocorre a venda do produto.

Nota: **Todo produto vendido provoca despesa.** Normalmente, chamamos de Custo do Produto Vendido, e é assim que aparece na DRE. Mas o correto seria:

"**Despesa que é o somatório dos itens que compuseram o custo de fabricação do produto ora vendido**."

Esquematizemos:



Embora, como já dissemos, não seja o mais correto tecnicamente, vamos usar o termo "**custos**" para o gasto relativo a consumo na produção.

E "**despesas**" para os gastos que se destinam às fases de administração, vendas, e financiamento.

Esses conceitos já foram cobrados em provas. Veja a seguinte questão:

(AFR/ICMS/SP) Julgue as afirmações a seguir.

I. Na sua aquisição, a matéria-prima é um gasto que imediatamente se transforma em investimento; no momento de sua utilização, transforma-se em custo integrante do bem fabricado; quando o produto é vendido, transforma-se em despesa.

II. Muitos gastos são automaticamente transformados em despesas; outros passam, primeiro, pela fase de custos; outros, ainda, passam pelas fases de investimento, custo, investimento, novamente e, por fim, despesa.

III. Cada componente que foi custo no processo de produção torna-se, na baixa, despesa; no Resultado, existem receitas e despesas - às vezes ganhos e perdas, mas não custos.

Pode-se afirmar que:

A) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.

B) Apenas a afirmação I é verdadeira.

C) Apenas a afirmação II é verdadeira.

D) Apenas a afirmação III é verdadeira.

E) Todas as afirmações são verdadeiras.

Comentários

Com base no que explicamos, podemos inferir que todos os itens são verdadeiros.

Gabarito → E.

Vamos continuar estudando os conceitos.

Perda: bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária. [7]

- Perdas normais no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.

- **Perdas anormais**: vão diretamente para o resultado do período.

[7] . (Eliseu Martins, 'Contabilidade de Custos", 10ª Edição).

Conforme o Pronunciamento CPC 16 – Estoques:

> 13. A **alocação de custos fixos indiretos** de fabricação **às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção**. A capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais; com isso, leva-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não-utilizada por causa de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade. O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade. Os custos fixos não-alocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos. Em períodos de anormal alto volume de produção, o montante de custo fixo alocado a cada unidade produzida deve ser diminuído, de maneira que os estoques não sejam mensurados acima do custo. Os custos indiretos de produção variáveis devem ser alocados a cada unidade produzida com base no uso real dos insumos variáveis de produção, ou seja, na capacidade real utilizada.

Vamos resumir as informações acima:

1 - A alocação de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção.

2 - A capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais.

3 - O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal.

4 - valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade.

5 - Os custos fixos não-alocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos.

Muito bem. Um exemplo numérico para esclarecer o assunto:

A empresa A possui custos fixos indiretos de fabricação de $10.000 e volume normal de produção de 1.000 unidades.

Custo fixo unitário: $10.000 / 1.000 unidades = $10,00 por unidade.

Digamos que, em determinado período, a produção seja de apenas 800 unidades. Se apropriarmos normalmente o custo fixo indireto, teríamos: $ 10.000 / 800 unidades = $12,50.

Mas o que diz o pronunciamento? “O valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade”.

Portanto, nesse período de baixa produção, a contabilização do custo fixo ficaria assim:

Custo fixo unitário "normal" $10,00 x 800 unidades = $8.000

Custo não apropriado aos produtos: $10.000 - $8.000 = $2.000

O valor de $2.000 deve ser reconhecido diretamente como despesa no período em que é incorridos.

D – Despesa – custo fixo não apropriado (Resultado)	2.000	
D – Custo da produção (Ativo)	8.000	
C – Caixa (Ativo)		10.000

Então ficamos assim:

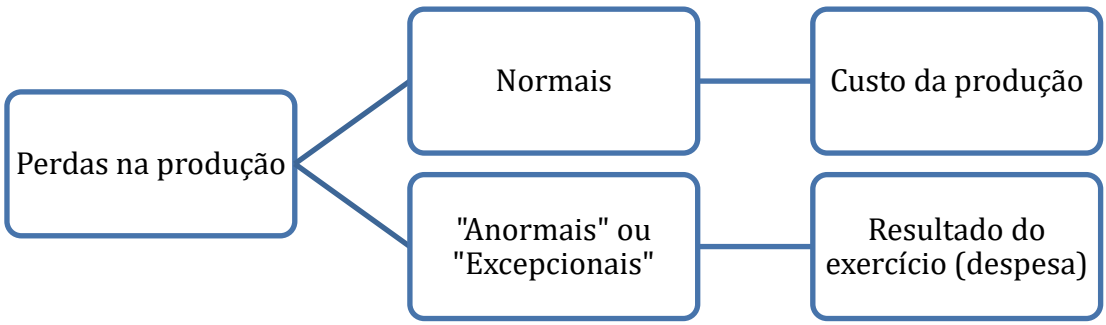
Se a produção aumentar, diminui o custo fixo unitário.

Se a produção diminuir abaixo no nível normal, apropriamos o custo fixo unitário da produção "normal" e o custo fixo não alocado aos produtos vai para a despesa (Resultado). O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal.

Atenção: a questão deve mencionar expressamente que houve uma redução da quantidade abaixo do nível normal de produção. Se não mencionar nada, devemos considerar que eventual queda da produção está dentro da produção normal.

Estamos acostumados a pensar nesse conceito em termos de "perdas normais" e "perdas excepcionais", durante o processo de produção.

As perdas normais são incluídas no custo da produção. E as perdas excepcionais são contabilizadas diretamente na despesa do período.



QUESTÕES PARA MEMORIZAÇÃO

(FCC/CVM/Analista Planejamento e Execução Financeira) A empresa Albatroz tem em seu parque industrial capacidade instalada para processar o equivalente a 4 toneladas de fertilizantes agrícolas ao mês. Esta capacidade, ao longo dos últimos 5 anos, tem se mostrado superior em 10% ao que regularmente a empresa processa. No último exercício, em virtude de uma anormal crise econômica no país no qual a empresa opera, sua produção tem sido 25% abaixo da sua capacidade instalada. Se a empresa opera com uma ociosidade de 25% em relação a sua capacidade instalada, pode-se concluir que 10% é a sua ociosidade normal e os 15% restantes é a sua capacidade ociosa excedente.

Levando em consideração o que anteriormente foi exposto, a capacidade ociosa deve sofrer o seguinte tratamento contábil:

(A) capacidade ociosa excedente deveria ser lançada diretamente ao resultado do período em uma despesa não operacional.

(B) capacidade ociosa normal deve ser lançada aos estoques para, posteriormente, ser apropriada ao Custo do Produto Vendido; a ociosidade excedente deve ser lançada a uma despesa operacional no período em que ocorrer.

(C) capacidade ociosa normal e capacidade ociosa excedente, por não estarem ligadas diretamente à produção de produtos, devem ser lançadas ao resultado do exercício, quando ocorrerem, em uma despesa não operacional.

(D) capacidade ociosa excedente e a capacidade ociosa normal devem ser transferidas aos estoques de produtos acabados, para posteriormente serem apropriadas ao custo da produção vendida.

(E) capacidade ociosa não é mensurada, não podendo ser lançada em estoques, custo da produção vendida ou despesas não operacionais.

Comentário:

Devemos lembrar que perdas normais fazem parte do custo da produção; perdas anormais (excepcionais) devem ir diretamente para o resultado do exercício.

Gabarito → B.

Outra questão sobre este assunto:

(ESAF) No processo produtivo da empresa Desperdício S.A., no mês de julho de 2005, ocorreram perdas com rebarbas decorrentes do corte de tecidos da linha de produção. Em virtude da contratação de funcionário sem experiência houve a perda de 100 itens por mau uso de equipamentos. De acordo com os conceitos contábeis, devem ser registradas essas perdas:

a) ambas como custo dos produtos vendidos.
b) respectivamente, como despesa operacional e custo.
c) ambas como despesas não-operacionais no resultado.
d) ambas como despesas operacionais no resultado.
e) respectivamente, como custo e despesa operacional

Comentários:

Esta questão explora o mesmo conceito. Perdas normais (perdas com rebarbas decorrentes do corte) integram o custo dos produtos. As perdas excepcionais (contratação de funcionários sem experiência) vão diretamente para o resultado, como despesa. (Lembramos que atualmente não há mais o conceito de resultado Operacional e Não Operacional, para a contabilidade. Esse conceito continua apenas para a legislação do Imposto de Renda.)

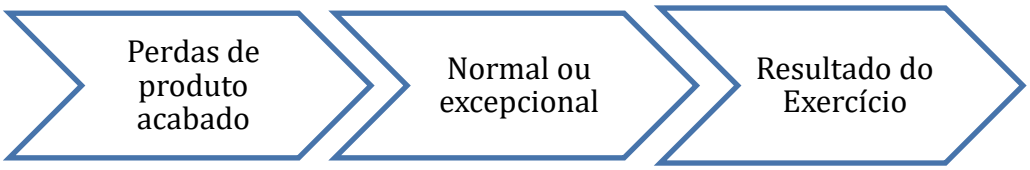
Gabarito → E.

Muito bem. As perdas que ocorrem na produção seguem essa regra que já mencionamos acima: as perdas normais fazem parte do custo da produção e as perdas anormais (excepcionais) devem ir diretamente para o resultado do exercício.

E quanto à perda do produto acabado?

Bem, no caso de produto acabado, não precisamos nos preocupar se a perda foi "normal" ou "excepcional". Todas as perdas de produto acabado vão diretamente para o resultado do exercício. Não devem impactar o custo do produto.

Esquematizemos:



Vejamos uma questão sobre o assunto:

(FBC/Exame de Suficiência/Bacharel/2015 – 2) Um posto de combustível comercializa, por mês, aproximadamente 100.000 litros de etanol. Em determinado momento, constatou um índice de evaporação de 0,5% desse produto. O Conselho Nacional do Petróleo considera normal um índice de até 0,6% de evaporação. Segundo a NBC TG 16 (R1) – Estoques, o valor decorrente da evaporação é considerado:

a) um desperdício e não pode ser contabilizado, exceto por determinação judicial.

b) um passivo a ser reembolsado pelo fornecedor, visto que a evaporação é conhecida até pelo Código Tributário Nacional.

c) uma perda de operações descontinuadas, e só pode ser contabilizada no período em que for formalmente confirmada a evaporação, por meio de medição.

d) uma redução no resultado do período, visto que a evaporação é considerada normal e deve ser baixada do estoque periodicamente.

Comentários:

As perdas de produto acabado diminuem o resultado do período, independente de serem perdas normais ou não.

Gabarito → D.

Continuando ...

- **Custo de Produção do Período** é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica.

CPP: Custos no período na fábrica!

- **Custo da Produção acabada é a soma dos custos contidos na produção acabada do período. Pode conter Custos de Produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completadas no presente período.**

- **Custo dos Produtos Vendidos** é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos. Pode conter custos de produção de diversos períodos, caso os itens vendidos tenham sido produzidos em diversas épocas diferentes.

São três conceitos distintos e não há nenhuma relação obrigatória entre seus valores. Cada um pode ser maior ou menor que o outro em cada período, dependendo das circunstâncias. (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

Estes conceitos serão estudados futuramente. Vamos em frente.

Atenção especial: o Cespe usa a seguinte nomenclatura: "Custo de produção", para o Custo da Produção do Período; e "Custo do Período", para despesa (para os gastos que são contabilizados diretamente no Resultado, como se fossem despesas).

(**CESPE/TELEBRAS/Contador/2013**) O valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do período.

Comentários:

Perdas normais no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.

Perdas anormais: vão diretamente para o resultado do período.

Assim, o valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do **PRODUTO**, e não custo do período.

O CESPE usa a expressão "Custo do Período" para as Despesas que entram diretamente no Resultado do Período. Se aparecer na sua prova, aceite, embora o mais correto seja Despesa.

Gabarito → Errado.

Outras Nomenclaturas

Custos Primários: soma de matéria-prima com mão de obra direta.

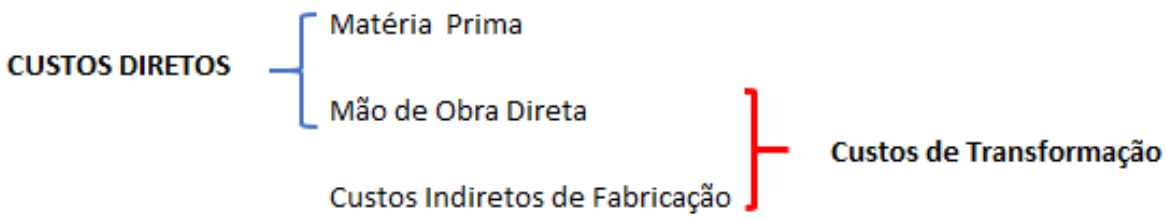
Custo primário: Matéria Prima + Mão de Obra Direta

Não são a mesma coisa que Custos Diretos, já que nos Primários só estão incluídos aqueles dois itens. Assim, a embalagem é um Custo Direto, mas não Primário.

Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

Representam esses Custos de Transformação o valor do esforço da própria empresa no processo de elaboração de um determinado item (mão de obra direta e indireta, energia, materiais de consumo industrial, etc.).

Esquematizemos:



4 - CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS

4.1 - CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. [8]

Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. [9]

Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc.

> **Observação**: Cada vez que é necessário utilizar qualquer fator de rateio para a apropriação ou cada vez que há o uso de estimativas e não de medição direta, o custo é considerado indireto.

4.2 - CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

Custos Variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção. [10]

Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

Custos Fixos são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida. [11]

Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida.

> **Observações:** A divisão dos custos em fixos e variáveis ocorre em função da variação do custo devido à variação do volume de produção.

Um determinado custo pode variar todo mês. Mas se essa variação não for em função da variação do volume de produção, será considerado custo fixo. Por exemplo, a conta de telefone da fábrica. Dificilmente será igual de um mês para o outro, mas a sua variação não ocorre devido à variação da produção. Assim, é considerado um custo fixo (ainda que seu valor seja diferente em todos os meses).

Alguns autores usam a classificação de custos semifixos e custos semi variáveis, como segue:

---

[8] (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

[9] (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

[10] (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

[11] (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

4.3 - CUSTOS SEMIFIXOS

Em princípios, são custos fixos; mas, com o aumento da produção, ocorre um aumento em tais custos. Depois que se ajustam à nova posição, voltam a apresentar características de custo fixo.

Por exemplo, uma empresa pode ter um departamento de manutenção com 5 funcionários. Com o aumento da produção (e portanto com a aquisição de novas máquinas e equipamentos), pode ser necessário contratar mais um funcionário, o que eleva o custo do departamento de manutenção. Depois da contratação do funcionário adicional, ainda que a produção aumente até certo nível, não será necessário contratar outro funcionário (volta a ter características de custo fixo).

4.4 - CUSTOS SEMI VARIÁVEIS

São aqueles que possuem em seu valor uma parcela fixa e outra variável. Isto é, têm um comportamento de custo fixo até certo momento e depois se comportam como custo variável.

O exemplo clássico é a conta de luz: mesmo que o consumo seja zero, há uma parcela fixa a pagar. Depois de certa quantidade consumida, passa a ter também uma parcela variável.

4.5 - COMPORTAMENTO DOS CUSTOS VARIÁVEIS E DOS CUSTOS FIXOS UNITÁRIOS E TOTAIS

Custo Variável

Unitário: Não sofre alteração

Total: Apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo

Unitário: Apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido.

Total: Não sofre alteração

Exemplo: Vamos supor que determinada empresa use dois litros de leite para fabricar um quilo de queijo. A fabricação é realizada num imóvel alugado por $ 5.000 reais por mês. Em janeiro/X1, a empresa produziu 1.000 quilos; em fevereiro/X1, produziu 1.400 kg. Considerando apenas essas informações, calcule o custo variável, custo Fixo e custo do produto, unitário e total, nos dois meses citados.

Obs.: Cada litro de leite custa $3,00 reais.

Custo Variável	Janeiro/X1	Fevereiro/X1
Produção (Kg)	1000	1400
Quant. Leite (Lt)	2000	2800
Custo variável total	R$ 6.000,00	R$ 8.400,00
Custo variável unitário	R$ 6,00	R$ 6,00

O custo variável total aumentou com o aumento de produção; o custo variável unitário permanece o mesmo.

Custo Fixo	Janeiro/X1	Fevereiro/X1
Produção (Kg)	1000	1400
Custo Fixo Total	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
Custo variável unitário	R$ 5,00	R$ 3,57

O custo fixo total não tem alteração. O custo fixo unitário diminui com o aumento de produção.

Custo Total	Janeiro/X1	Fevereiro/X1
Produção (Kgs)	1000	1400
Quant. Leite (Lts)	2000	2800
Custo variável total	R$ 6.000,00	R$ 8.400,00
Custo Fixo Total	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
Custo total da produção	R$ 11.000,00	R$ 13.400,00
Custo unitário ($/kg)	R$ 11,00	R$ 9,57

O custo total da produção aumenta com o aumento da produção; o custo unitário da produção diminui com o aumento da produção.

4.6 - Custos Controláveis e não controláveis.

Segundo o Prof. Eliseu Martins: “Controlar significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção”. (“Contabilidade de Custos”, 10ª Edição, 2010, pg.305).

O primeiro ponto a destacar nessa definição é a necessidade de um padrão, de algo para comparar com a realidade, daquilo que “deveria ser”.

Geralmente as empresas usam um orçamento anual (ou por prazo maior), detalhando as metas de vendas, custo dos produtos vendidos, despesas, investimentos e o lucro mensal.

Assim, a empresa tem controle sobre os seus custos quando tem uma estimativa do que eles deveriam ser, compara os custos reais com essa estimativa, identifica e corrige as distorções.

Veremos a seguir outro aspecto relacionado aos Custos Controláveis.

A NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público, aprovada pela Resolução CFC nº 1.366, de 25 de Novembro de 2011, fornece a seguinte definição: “Custo controlável utiliza **centro de responsabilidade** e atribui ao gestor **apenas os custos que ele pode controlar**.”

Por esse ponto de vista, “os Custos Controláveis são os que estão diretamente sob responsabilidade e controle de uma determinada pessoa cujo desempenho se quer controlar e analisar, e os Não Controláveis estão fora dessa responsabilidade e controle. Não significa que Custos Não Controláveis estejam fora da responsabilidade da empresa, mas sim da pessoa que chefia o setor em análise. O que não é controlável pelo Chefe de Fundição, talvez o seja pela administração da Produção, pela Diretoria da empresa ou pelos seus proprietários. Não existem de fato Custos Não Controláveis.

O que existe é Custo só controlável em nível hierárquico superior ao daquele que está sendo considerado.' (Eliseu Martins, op.cit., pg. 309)

5 - SISTEMA DE CUSTOS

Um sistema de custo compreende o modo como a empresa quantifica e acumula os diversos custos, os quais são apropriados aos produtos. Envolve a forma de produção (por ordem ou contínua), as políticas aplicadas a custos (uso do PEPS ou do Custo Médio, por exemplo), o método de custeio (por absorção ou variável), os aspectos de controle, enfim, todas as variáveis referentes ao custo dos produtos.

5.1 - FORMAS DE PRODUÇÃO

5.1.1. Produção por ordem

Ocorre quando a empresa produz **atendendo a encomendas dos clientes** ou, então, produz também para venda posterior, mas de acordo com determinações internas especiais, não de forma contínua.

Exemplo: Indústrias pesadas, fabricantes de equipamentos especiais, algumas indústrias de móveis, empresas de construção civil, gráficas (quando produz especificamente para determinado cliente).

5.1.2 Produção Contínua

Ocorre quando a empresa fabrica produtos iguais de forma contínua.

Exemplo: Produção de refrigerantes, sabão em pó, margarina, etc.

Veremos em detalhes nas aulas seguintes.

6 - MÉTODO DE CUSTEIO

Custeio significa apropriação de custos. É o método utilizado para apropriar os custos de produção aos produtos. Vamos examinar rapidamente os métodos do custeio por absorção e do custeio variável (também denominado custeio direto).

6.1 - CUSTEIO POR ABSORÇÃO:

É o **método resultante da aplicação dos Princípios de Contabilidade**.

Consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.

tome nota!

Custeio por absorção → **Todos os custos vão para os produtos fabricados!**

6.2 - CUSTEIO VARIÁVEL OU CUSTEIO DIRETO

Nesse método de custeio, **apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos**. Os **custos fixos são tratados como despesas do período**, sendo lançados diretamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

O Custeio Variável ou Direto pode ser usado para fins gerenciais, mas não na contabilidade oficial, pois fere o princípio da Competência, especialmente na parte referente ao confronte das receitas e despesas.

Custeio variável (não podem ser utilizados na contabilidade oficial):

Custos variáveis → Produtos

Custos fixos → DRE

Vamos explicar melhor esse ponto.

Determinada empresa fabrica seus produtos e incorre em custos variáveis e custos fixos. Digamos que parte da produção vá para estoque, para ser vendida posteriormente. Para obedecer ao confronto das receitas e despesas correlatas, os custos referentes às unidades estocadas deveriam ficar também no estoque, até que ocorra a venda. Mas, pelo custeio variável, apenas o custo variável fica apropriado ao produto. O custo fixo do período é descarregado no resultado, mesmo que os produtos a que se refere não tenham sido vendidos.

Esse método é também chamado de Custeio Direto. Mas isso não significa que apenas os custos diretos sejam apropriados aos produtos.

Chamado de custeio variável ou custeio direto, o método é o mesmo: o **custo variável** é apropriado aos produtos e o **custo fixo** vai para o resultado do exercício.

O custeio variável não atende ao princípio da competência; assim, só pode ser utilizado para a contabilidade gerencial, e não para a contabilidade financeira.

7 - Sistemas de Controle de Custos

Podemos definir "Controle" como o processo de conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, identificar rapidamente as divergências e suas origens e tomar providências para sua correção.

Esse conceito se aplica a qualquer área da empresa.

Um ponto chave do Controle é a definição de padrões ou do Orçamento. A empresa deve ter uma estimativa do que deverá ocorrer, para comparar com o que realmente ocorreu e corrigir as divergências.

8 - Objetos de Custos

Já vimos a definição de Custos: é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

Os "outros bens e serviços" da definição constituem os objetos de custos.

Para a tomada de decisão, os administradores de uma entidade precisam saber quanto custa um produto, um serviço ou um departamento. O produto, serviço, departamento ou qualquer outra coisa da qual se deseja mensurar e avaliar os custos é o Objeto de Custo.

> Objeto de custo é a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos (NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público)

9 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual – revogou a Resolução 750/93 a partir de 2017. Mas os princípios aparecem no pronunciamento CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Os princípios continuam válidos e serão utilizados na elaboração da contabilidade, mesmo com a futura revogação da Resolução 750/93.

Assim, consideramos que o estudo dos princípios deve continuar, pois é necessário para o entendimento da contabilidade.

Muito bem. Vamos em frente.

Normalmente, estudamos os Princípios de Contabilidade na matéria de Contabilidade Geral. Vamos apresentar uma breve definição de cada princípio envolvido e explicar o relacionamento com a Contabilidade de Custos.

Vamos lá! Os Princípios Contábeis foram instituídos pela Resolução CFC 750/93, e atualizados pela Resolução CFC 1.282/2010.

Mas afinal o que são os Princípios Contábeis?

A resposta está no Art. 2º da Resolução CFC 750:

> Art. 2º. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão. Além disso, na aplicação dos Princípios de Contabilidade, há situações concretas e a **essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.**

Os Princípios Contábeis, de acordo com a atualização pela Resolução 1.282/10, são os seguintes:

> Art. 3º São Princípios de Contabilidade: (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)
> I) o da ENTIDADE;
> II) o da CONTINUIDADE;
> III) o da OPORTUNIDADE;

IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
~~V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA~~; (Revogado pela Resolução CFC nº. 1282/10)
VI) o da COMPETÊNCIA; e
VII) o da PRUDÊNCIA.

Vamos examinar, a seguir, a forma como alguns Princípios Contábeis influenciam a Contabilidade de Custos.

9.1 - Princípio Da Continuidade

Art. 5º. O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

O princípio da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa.

Basicamente, todo o ativo fica registrado por valores de entrada. Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa.

Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

Ocorre o mesmo com os estoques. Ficam registrados pelo valor original, menos eventuais ajustes para perdas prováveis (é a antiga regra "Custo ou Mercado, dos dois o menor", usada para a avaliação de estoques), devido à esperada Continuidade da empresa.

Na ausência da Continuidade, os estoques deveriam ser avaliados pelo valor de venda.

Assim, na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.

No caso do passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passar a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim , vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

Já foi cobrado em prova:

(FCC/TRF 4ª região/Analista Contabilidade/2010) O princípio contábil que se relaciona diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, além de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultados é o Princípio

(A) da Continuidade.

(B) do Registro pelo valor original.

(C) da Oportunidade.

(D) da Entidade.

(E) da Prudência.

Gabarito Letra A

9.2 - Princípio Da Competência

Segundo a Resolução 750:

> **O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA**
>
> Art. 9º. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
>
> Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10).

O Princípio da Competência estabelece que o resultado seja reconhecido apenas quando ocorrer a realização das transações.

Para a receita, a realização ocorre, normalmente, quando da transferência do bem ou do serviço para terceiros.

Essa é uma importante diferença entre a contabilidade e a teoria econômica. Vamos detalhar um pouco mais.

Uma empresa pode usar vários fatores de produção (matéria prima, máquinas e equipamentos, mão-de-obra) e transforma, digamos, madeira em móveis acabados.

Para a economia, uma vez que a produção esteja completa, quando já houve o esforço de produção, já aparece o lucro. Ou seja, a transformação de madeira no valor de R$1.000,00 em móveis no valor de R$5.000,00 já configura o surgimento do lucro, através da produção.

Para a contabilidade (com a exceção do estoque de mercadorias fungíveis), o estoque de produtos acabados continua avaliado pelo custo da produção (matérias primas, depreciação dos equipamentos e máquinas utilizados na produção, mão de obra, etc.).

E assim ficará até que ocorra a transferência para terceiros.

Isto porque o preço de venda deve ter uma validação do mercado. Se a empresa cobra R$5.000,00 pelos móveis acabados, mas ninguém paga esse valor, será necessário diminuí-lo. Assim, o lucro advindo do esforço de produção da empresa só é reconhecido quando validado pelo mercado, ou seja, quando alguém compra o produto e ocorre a transferência.

E agora chegamos ao parágrafo único: O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10).

Dessa forma, os valores gastos na produção vão sendo acumulados na forma de estoque. E só serão reconhecidos no Resultado quando ocorrer a realização da receita.

9.3 - Princípio Do Registro Pelo Valor Original

Este Princípio está assim tratado, na Resolução 750:

O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico**. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – **Variação do custo histórico**. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente**. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) **Valor realizável**. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) **Valor presente**. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) **Valor justo**. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e
e) **Atualização monetária**. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

De acordo com esse Princípio, os ativos são registrados contabilmente pelo seu valor original. Posteriormente, pode ocorrer alguma forma de variação no custo histórico: custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo ou atualização monetária.

É importante ressaltar que as alterações do valor original não ocorrem para todos os ativos; cada tipo de ativo/passivo estará sujeito a uma ou mais espécies de variações, mas não necessariamente todas.

O exemplo clássico que temos na Lei 6.404/76 sobre o **custo corrente** é o preço de reposição das matérias-primas.

Dispõe a Lei 6.404/76 que: Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:
II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;
§ 1o Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

Ressaltamos, porém, que o pronunciamento CPC 16 – estoques – estabelece o seguinte: "32. Os materiais e os outros bens de consumo mantidos para uso na produção de estoques ou na prestação de serviços não serão reduzidos abaixo do custo se for previsível que os produtos acabados em que eles devem ser incorporados ou os serviços em que serão utilizados sejam vendidos pelo custo ou acima do custo. Porém, quando a diminuição no preço dos produtos acabados ou no preço dos serviços prestados indicar que o custo de elaboração desses produtos ou serviços excederá seu valor realizável líquido, os materiais e os outros bens de consumo devem ser reduzidos ao valor realizável líquido. Em tais circunstâncias, o custo de reposição dos materiais pode ser a melhor medida disponível do seu valor realizável líquido."

Ou seja: A matéria prima é registrada inicialmente pelo valor original. Se o preço pelo qual possam ser reposto, mediante compra no mercado (custo corrente) for menor que o valor original, este deve ser reduzido. Mas, se a matéria prima será usada em produtos cujo preço de venda está acima do custo da matéria prima, então este não será alterado.

Para os produtos acabados e mercadorias, o CPC 16 – Estoques- estabelece o seguinte:

> 9. Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Esta é a regra básica de mensuração dos estoques, que anteriormente era chamada de: "custo ou mercado, dos dois o menor."

Lembramos que Valor Realizável Líquido é o preço de venda deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Se uma mercadoria custou R$10.000,00 e pode ser vendida por valor superior, deve ficar registrada contabilmente pelo valor original (R$10.000,00).

Mas, se o valor realizável líquido for de R$8.000,00, deverá ser feito um "Ajuste para perdas prováveis".

A contabilização do Ajuste é a seguinte:

D – Despesa com ajuste para perdas prováveis no estoque (resultado)	2.000,00	
C – Ajuste para perdas prováveis (retificadora do ativo)		2.000,00

O estoque fica registrado assim:

D – Estoque produtos acabados (Ativo)	10.000,00	
C – Ajuste para perdas prováveis(retificadora ativo)		2.000,00

Valor contábil do estoque: $10.000,00 – $2. 000,00 = $8.000,00.

9.4 - Princípio Da Prudência

A Resolução 750 do CFC estabelece o seguinte:

> **O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA**
>
> Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
>
> Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

Quando houver dúvidas sobre a avaliação de algum elemento contábil, deve ser utilizada a alternativa mais prudente, ou seja, a que resultar no menor patrimônio líquido.

Para a contabilidade de custos, o principal efeito desse princípio é a antiga regra "custo ou mercado, dos dois o menor". Atualmente, podemos dizer "custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor".

Assim, deverá ser contabilizado um ajuste para redução do valor do estoque, quando o valor realizável líquido for menor que o custo de produção.

Valor realizável líquido é o preço de venda menos as despesas necessárias para realizar a venda, como comissões, fretes, impostos, etc.

Relacionamos acima os pontos mais importantes referentes aos Princípios Contábeis Aplicados a Custos.

10 - RESUMO GERAL

1) **Custo** é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

2) **Gasto:** compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).

3) **Desembolso**: Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.

4) **Investimento:** Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).

5) **Despesa**: Bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.

6) **Perda**: Bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

7) **Custo de Produção do Período** é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica.

8) **Custo da Produção acabada** é a soma dos custos contidos na produção acabada do período. Pode conter Custos de Produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completadas no presente período.

9) **Custo dos Produtos Vendidos** é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos. Pode conter custos de produção de diversos períodos, caso os itens vendidos tenham sido produzidos em diversas épocas diferentes.

10) **Custos Primários**: soma de matéria-prima com mão de obra direta.

11) **Custos de Transformação:** soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.).

12) **Custos diretos** são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

13) **Custos Indiretos** são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc.

14) **Custos Variáveis** são aqueles que variam de acordo com o volume de produção. Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

15) **Custos Fixos** são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida. Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida.

As definições acima constam no livro Contabilidade de Custos, 10ª Edição, do Professor Eliseu Martins.

16) **Princípios Contábeis para a Avaliação de Estoques.**

- **Princípio da Continuidade**

> Art. 5º. O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

- **Princípio da Competência**

> O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA
> Art. 9º. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
> Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10).

- **Princípio do Registro pelo Valor Original**

> O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL
> Art. 7º. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

- **Princípio da Prudência**

> Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Agora chegou o melhor! Agora é...

11 - QUESTÕES COMENTADAS

1. FCC/ELETROSUL/Ciências Contábeis/2016)

Em relação as classificações de custos, considere:

I. Os custos diretos são aqueles que podem ser apropriados diretamente ao produto, desde que haja uma medida de consumo.

II. O custo fixo independe da capacidade instalada e se mantém, independente dos volumes de produção.

III. Os custos primários são compostos pela matéria prima e pela mão de obra direta, sendo equivalente aos custos diretos.

Está correto o que se afirma em

A) **I**, **II** e **III**.

B) **I**, apenas.

C) **II**, apenas.

D) **III**, apenas.

E) **I** e **III**, apenas.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I – **Certo**. Os custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos.

II – **Errado**. O custo fixo independe do volume produzido, e não da capacidade instalada. Além disso, o custo é fixo para determinado volume de produção; se houver um grande aumento de produção, pode ser necessário aumentar o custo fixo.

III – **Errado**. Os custos primários são compostos pela matéria prima e pela mão de obra direta, mas não são equivalentes aos custos diretos. Há outros custos diretos que não entram no custo primário. Assim, a embalagem é um Custo Direto, mas não Primário.

Gabarito → B

---

2. (FCC/CREMESP/Contabilidade/2016)

A empresa Brasileira S.A., ao analisar os custos do seu único produto BRVerde, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo A	1.000 unidades	R$ 15	R$ 15.000
	3.000 unidades	R$ 5	R$ 15.000
	5.000 unidades	R$ 3	R$ 15.000

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo B	1.000 unidades	R$ 3	R$ 3.000
	3.000 unidades	R$ 3	R$ 9.000
	5.000 unidades	R$ 3	R$ 15.000

Com base nas informações obtidas, os custos A e B são, em relação à unidade do produto BRVerde, respectivamente,

A) direto e fixo.

B) fixo e variável.

C) variável e fixo.

D) variável e variável.

E) fixo e fixo.

Comentário:

Quando a quantidade produzida aumenta, o custo A total permanece com o mesmo valor, de $ 15.000. Assim, o custo A é um custo Fixo.

Já o custo B aumenta conforme o aumento da quantidade produzida, o que caracteriza um custo Variável.

Portanto, os custos A e B são respectivamente custos fixo e variável.

Gabarito → B

---

3. (FCC/TCM-GO/ACE/2015)

A Indústria Gelix produz sorvete de morango que é vendido em galões de 5 litros. No mês de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes eventos:

– Aquisição de uma máquina no valor de R$ 800.000,00, com vida útil econômica de 5 anos, que foi colocada em funcionamento em janeiro de 2015.

– Aquisição de matéria prima, no dia 15/12/2014, pelo custo de R$ 10.000,00, a qual foi estocada.

– Consumo de matéria prima, que foi adquirida em novembro de 2014 pelo custo de R$ 8.000,00, na produção de sorvete. Normalmente, há um desperdício de 5% da matéria prima no processo produtivo.

O estoque de embalagens (galões) adquiridos em meses anteriores no valor de R$ 1.500,00 foi danificado em decorrência de um problema anormal na parte hidráulica das instalações, não mais podendo ser utilizado pela empresa na produção de sorvetes.

– Pagamento de salários e encargos do mês de dezembro de 2014 referentes aos funcionários da área de produção no valor de R$ 7.000,00.

– Pagamento de fretes para entrega dos galões de sorvete vendidos em dezembro de 2014 no valor de R$ 500,00.

Os galões de sorvete produzidos em dezembro de 2014 foram vendidos em janeiro de 2015. Com base nestas informações, é correto afirmar que, em dezembro de 2014,

A) os investimentos foram R$ 800.000,00.

B) as perdas do período foram R$ 1.900,00.

C) o custo da produção do período foi R$ 15.000,00.

D) as despesas foram R$ 900,00.

E) os gastos foram R$ 825.500,00.

Comentários:

Vamos analisar os eventos da questão, na data base de dezembro de 2014:

– Aquisição de uma máquina no valor de R$ 800.000,00, com vida útil econômica de 5 anos, que foi colocada em funcionamento em janeiro de 2015.

A aquisição da máquina é um **Investimento**. Depois, quando a empresa colocá-la em funcionamento, irá gerar um custo de depreciação.

– Aquisição de matéria prima, no dia 15/12/2014, pelo custo de R$ 10.000,00, a qual foi estocada.

É **Investimento**. Quando a matéria prima for utilizada, irá gerar um Custo.

– Consumo de matéria prima, que foi adquirida em novembro de 2014 pelo custo de R$ 8.000,00, na produção de sorvete. Normalmente, há um desperdício de 5% da matéria prima no processo produtivo.

É **Custo**. O desperdício é perda normal do processo de produção, entra normalmente no Custo.
– O estoque de embalagens (galões) adquiridos em meses anteriores no valor de R$ 1.500,00 foi danificado em decorrência de um problema anormal na parte hidráulica das instalações, não mais podendo ser utilizado pela empresa na produção de sorvetes.

Perda anormal vai diretamente para o Resultado, como se fosse despesa. Não afeta o custo de produção.

– Pagamento de salários e encargos do mês de dezembro de 2014 referentes aos funcionários da área de produção no valor de R$ 7.000,00.

Pagamento dos funcionários da produção é **Custo.**

– Pagamento de fretes para entrega dos galões de sorvete vendidos em dezembro de 2014 no valor de R$ 500,00.

Frete para entrega dos produtos acabados é **Despesa**.

Agora vamos analisar as assertivas:

A) os investimentos foram R$ 800.000,00.

Errado, foram de $ 810.000 ($ 800.000 da compra da máquina e $10.000 da compra do estoque).

B) as perdas do período foram R$ 1.900,00.

Errado, foram de $1500 (perda anormal do estoque de embalagem).

C) o custo da produção do período foi R$ 15.000,00.

Certo. É a soma do consumo de matéria prima de $8.000 mais o salário dos funcionários da produção de $7.000.

D) as despesas foram R$ 900,00.

Errado, foram de $500, referente ao frete para entrega de produtos acabados.

E) os gastos foram R$ 825.500,00.

Errado. Gastos é uma denominação genérica, inclui quase tudo o que foi mencionado na questão. O valor dos gastos (pela ordem em que aparecem) é: 800.000 + 10.000 + 7000 + 500 = 817.000

Gabarito → C

---

4. (FCC/TCE-CE/ACE/2015)

A Cia. Processadora, ao analisar os custos do seu único produto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo 1	10.000 unidades	R$ 3,00	R$ 30.000,00
	15.000 unidades	R$ 3,00	R$ 45.000,00
	20.000 unidades	R$ 3,00	R$ 60.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo 2	10.000 unidades	R$ 6,00	R$ 60.000,00
	15.000 unidades	R$ 4,00	R$ 60.000,00

	20.000 unidades	R$ 3,00	R$ 60.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos 1 e 2 são, em relação ao volume de produção, respectivamente,

A) indireto e variável.

B) variável e variável.

C) fixo e variável.

D) variável e fixo.

E) fixo e indireto.

Comentários:

Mais uma. Vamos lá:

Custo 1 = custo variável (o custo unitário não se altera)

Custo 2 = custo fixo (o custo total não se altera)

Gabarito → D

---

5. (FCC/METRO SP/Ciências Contábeis/2014)

A empresa White S.A. apresentou as seguintes informações relacionadas ao seu processo produtivo:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo K	2.000 unidades	R$ 7,00	R$ 14.000,00
	3.000 unidades	R$ 7,00	R$ 21.000,00
	3.000 unidades	R$ 7,00	R$ 28.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo L	2.000 unidades	R$ 15,00	R$ 30.000,00
	3.000 unidades	R$ 10,00	R$ 30.000,00
	3.750 unidades	R$ 8,00	R$ 30.000,00

Com base nestas informações, os custos K e L são, em relação à unidade de produto, respectivamente,

A) variável; fixo.

B) fixo; fixo.

C) direto; variável.

D) fixo; direto.

E) variável; variável.

Comentários:

Custo K = Custo variável (repare que o custo unitário não se altera)

Custo L = Custo Fixo (o custo total não se altera).

Gabarito = A

---

6. (FCC/SEFAZ RJ/AFRE/2014)

A empresa Predileta S.A., ao analisar os custos do produto Predileto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo A	1.000 unidades	R$ 10,00	R$ 10.000,00
	2.000 unidades	R$ 5,00	R$ 10.000,00
	2.500 unidades	R$ 4,00	R$ 10.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo B	1.000 unidades	R$ 4,00	R$ 4.000,00
	2.000 unidades	R$ 4,00	R$ 8.000,00
	2.500 unidades	R$ 4,00	R$ 10.000,00

Com base nas informações obtidas, é possível afirmar que os custos A e B são, em relação à unidade do produto Predileto, respectivamente,

A) indireto e fixo.

B) variável e fixo.

C) fixo e variável.

D) variável e indireto.

E) fixo e fixo.

Comentários:

Repare o seguinte: para o Custo A, o custo total não se altera, quando a produção aumenta.

E o custo unitário diminui, o que indica que se trata de Custo Fixo.

Custo B: quando a produção aumenta, o custo unitário não se altera e o custo total aumenta. Portanto, é Custo Variável.

Gabarito → C

---

7. (FCC/SEFAZ PE/AFTE/2014)

A Cia. Indústria & Comércio, ao analisar seus custos de produção do produto Docemar, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo Alfa	10.000 unidades	R$ 10	R$ 100.000
	15.000 unidades	R$ 10	R$ 150.000
	20.000 unidades	R$ 10	R$ 200.000

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo Gama	10.000 unidades	R$ 6	R$ 60.000
	15.000 unidades	R$ 4	R$ 60.000
	20.000 unidades	R$ 3	R$ 60.000

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos Alfa e Gama, em relação ao produto Docemar, são, respectivamente,

A) variável e variável.

B) variável e fixo.

C) fixo e fixo.

D) fixo e variável.

E) indireto e variável.

Comentários:

Vejamos o conceito de custo fixo e custo variável:

> **Custos Variáveis** são aqueles que variam de acordo com o volume de produção. Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.
>
> **Custos Fixos** são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida. Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida. (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

O custo Alfa é custo variável. Repare que o custo unitário não se altera, mas o custo total aumenta conforme o aumento da produção.

O custo Gama é custo fixo, pois o custo total não se altera, apesar das alterações na quantidade produzida.

Neste tipo de questão, para identificar rapidamente, temos:

> Custo fixo = custo total não se altera
> Custo Variável = custo unitário não se altera.

(**Observação**: a regra acima vale quando há alteração na quantidade produzida. Se for produzida a mesma quantidade, não haverá alteração no custo unitário e no custo total, pelos dois métodos).

Gabarito → B

---

8. (FCC/SEFAZ SP/AFR/2013)

Os gastos do Departamento de Manutenção e Reparos de um Laticínio para realizar a pintura do imóvel onde está localizada a Administração Geral da empresa devem ser classificados, no período em que foram incorridos, como

A) despesa.
B) custo.
C) perda.

D) imobilização.
E) investimento.

Comentários:

Pintura do imóvel da Administração Geral é **Despesa.**

Gabarito → A

---

9. (FCC/TCE AP/Controle Externo – Contabilidade/2012)

Uma fábrica mantém entre os diversos itens componentes de sua estrutura de gastos mensais os seguintes:

I.	Taxa mensal constante de energia elétrica.
II.	Matéria-Prima Consumida.
III.	Aluguel do galpão da fábrica.
IV.	Depreciação de equipamento calculada com base em unidades produzidas.
V.	Contrato de Seguro do prédio da administração geral.

Com base nessa informação é correto afirmar que

A) I e II são custos fixos.

B) III e IV são custos diretos.

C) II é um custo variável.

D) II e V são custos indiretos.

E) V é um custo direto.

Comentários:

Vamos examinar as informações:

I – Taxa mensal constante de energia elétrica: Normalmente, a energia elétrica é custo variável (varia proporcionalmente ao volume de produção). Mas, nessa questão, a taxa é constante, ou seja, a empresa paga o mesmo valor mensal, independente do volume de produção.

Nesse caso, é **custo fixo**.

Se a empresa produz apenas um produto, seria custo direto. Se forem vários produtos, seria indireto. Mas não temos informações suficientes para saber se é custo direto ou indireto.

II – Matéria prima consumida: Essa é fácil. Custo **variável** e **direto**.

III – Aluguel do galpão da fábrica: **Custo fixo e indireto**. (se a empresa fabricasse apenas um produto, então seria custo direto).

IV – Depreciação de equipamento baseada em unidades produzidas: Nesse caso é **custo variável**, pois o valor da depreciação irá variar de acordo com o volume produzido.

Se o equipamento for usado para fabricação de apenas um produto, será custo direto. Se for usado para vários produtos, será custo indireto.

V – Contrato de seguro de prédio da administração geral: **despesa.**

Gabarito → C

---

10. (FCC/TRF 2ª Região/Analista – Contadoria/2012)

O sistema de custeio no qual os custos e despesas fixos são lançados diretamente em conta de resultado do exercício é denominado custeio

A) padrão.

B) por absorção.

C) ABC.

D) pré-determinado.

E) variável.

Comentários:

Vamos aos conceitos:

> **Custeio por Absorção**: é o método resultante da aplicação dos Princípios de Contabilidade. Consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.
> **Custeio variável ou Custeio Direto:** Nesse método de custeio, apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos. Os custos fixos são tratados como despesas do período, sendo lançados diretamente na Demonstração do Resultado do Exercício. O Custeio Variável ou Direto pode ser usado para fins gerenciais, mas não na contabilidade oficial, pois fere o princípio da Competência, especialmente na parte referente ao confronte das receitas e despesas.

Há uma impropriedade na questão, ao se referir às "Despesas Fixas".

Normalmente, as Despesas Fixas já são contabilizadas no Resultado. A diferença entre o Custeio por Absorção e o Custeio Variável é que o primeiro considera o Custo Fixo como custo dos produtos; o segundo classifica os custos fixos diretamente no resultado, como se fora uma despesa.

Aparentemente, a banca está considerando "despesa" de acordo com o conceito mais técnico, e não o mais usual (veja o conceito de despesa na página 12 desta aula).

Gabarito → E

---

11. (FCC/TCE AP/Controle Externo – Contabilidade/2012)

Considera-se capacidade normal de produção a

A) capacidade total instalada da entidade para produzir, sem considerar as necessidades de manutenção preventiva e de férias coletivas que podem ser aplicadas ou não.

B) média que se espera atingir ao longo de vários períodos em condições normais, considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

C) menor produção obtida no último ano de produção, estabelecendo-se assim um padrão de referência para a entidade.

D) maior produção obtida nos últimos doze meses desconsiderando, caso haja, os meses que a entidade atinja a capacidade instalada total, considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes.

E) capacidade total instalada da entidade para produzir considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

Comentários:

Conforme o Pronunciamento CPC 16 – Estoques:

> 13. A alocação de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção. **A capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais; com isso, leva-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não-utilizada por causa de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade**. O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade. Os custos fixos não-alocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos. Em períodos de anormal alto volume de produção, o montante de custo fixo alocado a cada unidade produzida deve ser diminuído, de maneira que os estoques não sejam mensurados acima do custo. Os custos indiretos de produção variáveis devem ser alocados a cada unidade produzida com base no uso real dos insumos variáveis de produção, ou seja, na capacidade real utilizada.

Gabarito → B

---

12. (FCC/MPE-AP/Analista – Ciências Contábeis/2012)

A empresa Modelagem S.A., durante o mês de junho de 2012, perdeu parte da produção em decorrência da falta de energia, ocasionada por novas instalações que estavam sendo feitas na rede pública. Esses custos anormais devem compor

A) o custo dos estoques no ativo.

B) as despesas diferidas no ativo, pelo ciclo operacional.

C) o custo dos estoques no resultado (CMV).

D) as outras despesas operacionais.

E) despesas do período.

Comentários:

Perdas normais no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.

Perdas anormais: vão diretamente para o resultado do período, como despesas.

A alternativa D: "as outras despesas operacionais" também pode ser considerada correta, pois atualmente não há mais a separação entre "despesas operacionais" e "não operacionais" para a contabilidade.

Tal separação existe atualmente apenas para a legislação do Imposto de Renda.

Mas o gabarito da questão foi a letra E.

Gabarito → E

---

13. (FCC/Copergás/Técnico Administrativo/2011)

A empresa VivaGás adquiriu na Papelbrás Ltda. materiais de papelaria para uso no escritório no valor de R$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais). Adquiriu também, na Embalex Ltda., R$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais) de caixas para embalagens de seus produtos. Tratando-se de custos, a empresa VivaGás contabilizará

I. os valores de R$ 430,00 e R$ 2.070,00 como despesa e custo, respectivamente.

II. o valor de R$ 2.070,00 como custo.

III. apenas o valor de R$ 2.070,00 como despesa.

IV. o valor de R$ 2.500,00 como custo.

Está correto o que consta APENAS em

A) III.

B) II e IV.

C) IV.

D) I e III.

E) I e II.

Comentários:

A rigor, os materiais adquiridos poderiam ir para o estoque. Mas a questão trata apenas de **custos e despesas,** portanto devemos entender que já foram utilizados.

Material de papelaria para uso no escritório no valor de R$ 430,00 é despesa.

E as caixas para embalagens dos produtos é custo.

Gabarito → E

---

14. (FCC/TRE AM/Contabilidade/2010)

A empresa Baratear adquiriu uma máquina para uso, exclusivo, na produção do produto A. A vida útil estimada da máquina é de 10 anos e a empresa utiliza o método das cotas constantes para depreciá-la. Em relação ao produto A, a depreciação da máquina é classificada como custo

A) fixo e primário.

B) fixo e indireto.

C) variável e direto.

D) variável e indireto.

E) fixo e direto.

Comentários:

Vamos classificar a depreciação. Com relação ao volume de produção, é um custo fixo. O uso do método das cotas constantes produz o mesmo valor mensal.

E, com relação à apropriação ao produto, é um custo direto. A máquina é usada na produção exclusiva de do produto A. Portanto, não há necessidade de rateios para atribuir o custo da depreciação aos produtos.

Portanto, o custo da depreciação da máquina é um custo fixo e um custo direto.

Gabarito → E

---

15. (FCC/Bahia Gás/Analista – Ciências Contábeis/2010)

Os gastos com depreciação de equipamentos utilizados na fabricação de mais de um produto, salários de supervisores de produção, aluguel de fábrica e energia elétrica que não pode ser associada ao produto, devem ser classificados como custos

A) com materiais diretos.

B) diretos.

C) fixos.

D) variáveis.

E) indiretos.

Comentários:

Os gastos acima possuem a característica de só poderem ser atribuídos aos produtos através de rateio. São, portanto, custos indiretos.

Vamos relembrar rapidamente a diferença entre Custo Direto e Custo Indireto:

> **Custos diretos** são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc. (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

Cada vez que é necessário utilizar qualquer fator de rateio para a apropriação ou cada vez que há o uso de estimativas e não de medição direta, o custo é considerado indireto.

Portanto, a depreciação de equipamentos usados na fabricação de vários tipos de produto é um custo indireto. A depreciação deverá ser rateada aos diversos produtos.

Da mesma forma, salários de supervisores de produção, aluguel de fábrica e energia elétrica que não pode ser associada ao produto devem ser rateados, o que caracteriza Custo Indireto.

Gabarito → E

---

16. (FCC/Bahia Gás/Analista – Contabilidade/2010)

"O custeio consiste de todos os custos de produção e tão somente os de produção do período alocados à cada unidade de produto processado neste período". Este conceito diz respeito ao método de custeio denominado

A) variável.

B) por absorção.

C) direto padrão.

D) por ordem.

E) direto.

Comentários:

Essa é a definição de Custeio por Absorção.

O custeio variável ou custeio direto consiste em apropriar apenas os custos variáveis (atenção: custos variáveis, não custos diretos) aos produtos, sendo os custos fixos tratados como despesa, indo diretamente para o resultado do exercício.

O Custeio por ordem é utilizado no caso de produção por ordem (iremos estudar futuramente).

O custo padrão consiste na contabilização dos custos usando valores pré-determinados (o padrão), os quais são depois comparados com os custos reais.

Gabarito → B

---

17. (FCC/MPE-SE/Analista-Contabilidade/2009)

Na determinação do valor justo, quando referentes a matérias- primas, considera-se o

A) preço líquido de realização mediante venda no mercado deduzidos apenas dos impostos.

B) preço pelo qual possam ser repostas, mediante compra no mercado.

C) valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação.

D) preço líquido de realização obtido no mercado incluída apenas a margem de lucro.

E) valor líquido pelo qual possam ser alienadas a terceiros.

Comentários:

Conforme a Lei das S.A.s (Lei 6404/76):

> Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:
> § 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
> a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

Lembramos que os estoques de matéria-prima são registrados pelo valor original. Aí, temos:

1) Valor justo maior que o valor original: continua com o valor original.

2) O valor justo é menor que o valor original: o estoque deve ser diminuído para o valor justo.

Conforme o CPC 26, se o produto acabado em que a matéria-prima será usada é maior que o custo da matéria-prima, não há necessidade de ajuste para redução do estoque.

Gabarito → B

---

18. (FCC/ICMS-SP/AFR/2009)

Custo de Produção do Período é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica. Custo da Produção Acabada é a soma dos custos contidos na produção acabada no período. Custo dos Produtos Vendidos é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos. Com relação à afirmação acima, e tomando-se como base para comparação o mesmo período, é correto afirmar que

A) o custo de Produção será obrigatoriamente maior que os demais.

B) o custo da Produção Acabada será obrigatoriamente menor que os demais.

C) o custo dos Produtos Vendidos será obrigatoriamente maior do que os outros dois acima mencionados.

D) não existe correlação obrigatória de grandeza entre os três custos acima mencionados.

E) o custo de Produção Acabada será obrigatoriamente maior que os demais, por ser a soma dos custos contidos na produção.

Comentários:

Questão copiada diretamente do livro Contabilidade de Custos, do Prof. Eliseu Martins, pg. 47, confira:

"Custo de Produção do Período é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica".

"Custo da Produção Acabada é a soma dos custos contidos na produção acabada do período."

"Custo dos Produtos Vendidos é a soma dos custos incorridos na produção de bens e serviços que só agora estão sendo vendidos."

"Os três conceitos são bastante distintos e não há nenhuma relação obrigatória entre seus valores no que respeita a sua grandeza. Cada um pode ser maior ou menor que o outro em cada período, dependendo das circunstâncias".

Gabarito → D

---

19. (FCC/TJ-PA/Analista – Ciências Contábeis/2009)

A cooperativa dos produtores rurais do Município "Avante" produz e vende sacos de 50 kg de milho. De acordo com estimativas do setor produtivo, somente 98% dos grãos são aproveitados no processo de ensacamento. O contador de custos da cooperativa deve considerar os 2% normalmente desperdiçados durante a produção como

A) despesas.

B) custos.

C) perdas.

D) receitas.

E) investimentos.

Comentário:

As perdas normais são contabilizadas como custo da produção. E as perdas excepcionais ou anormais são contabilizadas como despesa, diretamente no Resultado do Exercício. Assim, os dois por cento normalmente desperdiçados durante a produção devem ser contabilizados como custo.

Gabarito → B

---

20. (FCC/SEFAZ-SP/AFR/ICMS/2006)

Na terminologia de custos, são custos de conversão ou de transformação:
A) mão-de-obra direta e indireta.

B) mão-de-obra direta e materiais diretos.

C) mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação.

D) matéria Prima, mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação.

E) custos primários e custos de fabricação fixos.

Comentários:

Segundo o Prof. Eliseu Martins, no livro "Contabilidade de Custos", **Custo de Transformação** é a soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.).

Embora a alternativa A também esteja correta, a alternativa C é mais completa. Pois os custos indiretos de fabricação incluem a mão de obra indireta e os outros custos indiretos de fabricação.

Vamos ver rapidamente qual o erro nas outras alternativas.

As alternativas B e D mencionam "materiais diretos", que não fazem parte dos custos de transformação ou conversão.

E a alternativa E menciona os "custos Primários", que correspondem à matéria-prima e mão de obra direta. A matéria-prima não entra no cálculo do custo de conversão ou transformação.

Gabarito → C

12 - Lista das Questões Comentadas Nesta Aula

1. **FCC/ELETROSUL/Ciências Contábeis/2016)**

Em relação as classificações de custos, considere:

I. Os custos diretos são aqueles que podem ser apropriados diretamente ao produto, desde que haja uma medida de consumo.

II. O custo fixo independe da capacidade instalada e se mantém, independente dos volumes de produção.

III. Os custos primários são compostos pela matéria prima e pela mão de obra direta, sendo equivalente aos custos diretos.

Está correto o que se afirma em

A) **I**, **II** e **III**.

B) **I**, apenas.

C) **II**, apenas.

D) **III**, apenas.

E) **I** e **III**, apenas.

2. **(FCC/CREMESP/Contabilidade/2016)**

A empresa Brasileira S.A., ao analisar os custos do seu único produto BRVerde, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo A	1.000 unidades	R$ 15	R$ 15.000
	3.000 unidades	R$ 5	R$ 15.000
	5.000 unidades	R$ 3	R$ 15.000

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total

Custo B	1.000 unidades	R$ 3	R$ 3.000
	3.000 unidades	R$ 3	R$ 9.000
	5.000 unidades	R$ 3	R$ 15.000

Com base nas informações obtidas, os custos A e B são, em relação à unidade do produto BRVerde, respectivamente,

A) direto e fixo.

B) fixo e variável.

C) variável e fixo.

D) variável e variável.

E) fixo e fixo.

3. (FCC/TCM-GO/ACE/2015)

A Indústria Gelix produz sorvete de morango que é vendido em galões de 5 litros. No mês de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes eventos:

− Aquisição de uma máquina no valor de R$ 800.000,00, com vida útil econômica de 5 anos, que foi colocada em funcionamento em janeiro de 2015.

− Aquisição de matéria prima, no dia 15/12/2014, pelo custo de R$ 10.000,00, a qual foi estocada.

− Consumo de matéria prima, que foi adquirida em novembro de 2014 pelo custo de R$ 8.000,00, na produção de sorvete. Normalmente, há um desperdício de 5% da matéria prima no processo produtivo.

O estoque de embalagens (galões) adquiridos em meses anteriores no valor de R$ 1.500,00 foi danificado em decorrência de um problema anormal na parte hidráulica das instalações, não mais podendo ser utilizado pela empresa na produção de sorvetes.

− Pagamento de salários e encargos do mês de dezembro de 2014 referentes aos funcionários da área de produção no valor de R$ 7.000,00.

− Pagamento de fretes para entrega dos galões de sorvete vendidos em dezembro de 2014 no valor de R$ 500,00.

Os galões de sorvete produzidos em dezembro de 2014 foram vendidos em janeiro de 2015. Com base nestas informações, é correto afirmar que, em dezembro de 2014,

A) os investimentos foram R$ 800.000,00.

B) as perdas do período foram R$ 1.900,00.

C) o custo da produção do período foi R$ 15.000,00.

D) as despesas foram R$ 900,00.

E) os gastos foram R$ 825.500,00.

4. (FCC/TCE-CE/ACE/2015)

A Cia. Processadora, ao analisar os custos do seu único produto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo 1	10.000 unidades	R$ 3,00	R$ 30.000,00
	15.000 unidades	R$ 3,00	R$ 45.000,00
	20.000 unidades	R$ 3,00	R$ 60.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo 2	10.000 unidades	R$ 6,00	R$ 60.000,00
	15.000 unidades	R$ 4,00	R$ 60.000,00
	20.000 unidades	R$ 3,00	R$ 60.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos 1 e 2 são, em relação ao volume de produção, respectivamente,

A) indireto e variável.

B) variável e variável.

C) fixo e variável.

D) variável e fixo.

E) fixo e indireto.

5. (FCC/METRO SP/Ciências Contábeis/2014)

A empresa White S.A. apresentou as seguintes informações relacionadas ao seu processo produtivo:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo K	2.000 unidades	R$ 7,00	R$ 14.000,00
	3.000 unidades	R$ 7,00	R$ 21.000,00
	3.000 unidades	R$ 7,00	R$ 28.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo L	2.000 unidades	R$ 15,00	R$ 30.000,00
	3.000 unidades	R$ 10,00	R$ 30.000,00
	3.750 unidades	R$ 8,00	R$ 30.000,00

Com base nestas informações, os custos K e L são, em relação à unidade de produto, respectivamente,

A) variável; fixo.

B) fixo; fixo.

C) direto; variável.

D) fixo; direto.

E) variável; variável.

6. (FCC/SEFAZ RJ/AFRE/2014)

A empresa Predileta S.A., ao analisar os custos do produto Predileto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo A	1.000 unidades	R$ 10,00	R$ 10.000,00
	2.000 unidades	R$ 5,00	R$ 10.000,00
	2.500 unidades	R$ 4,00	R$ 10.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo B	1.000 unidades	R$ 4,00	R$ 4.000,00
	2.000 unidades	R$ 4,00	R$ 8.000,00
	2.500 unidades	R$ 4,00	R$ 10.000,00

Com base nas informações obtidas, é possível afirmar que os custos A e B são, em relação à unidade do produto Predileto, respectivamente,

A) indireto e fixo.

B) variável e fixo.

C) fixo e variável.

D) variável e indireto.

E) fixo e fixo.

7. (FCC/SEFAZ PE/AFTE/2014)

A Cia. Indústria & Comércio, ao analisar seus custos de produção do produto Docemar, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo Alfa	10.000 unidades	R$ 10	R$ 100.000
	15.000 unidades	R$ 10	R$ 150.000
	20.000 unidades	R$ 10	R$ 200.000

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo Gama	10.000 unidades	R$ 6	R$ 60.000
	15.000 unidades	R$ 4	R$ 60.000
	20.000 unidades	R$ 3	R$ 60.000

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos Alfa e Gama, em relação ao produto Docemar, são, respectivamente,

A) variável e variável.

B) variável e fixo.

C) fixo e fixo.

D) fixo e variável.

E) indireto e variável.

8. (FCC/SEFAZ SP/AFR/2013)

Os gastos do Departamento de Manutenção e Reparos de um Laticínio para realizar a pintura do imóvel onde está localizada a Administração Geral da empresa devem ser classificados, no período em que foram incorridos, como

A) despesa.
B) custo.
C) perda.
D) imobilização.
E) investimento.

9. (FCC/TCE AP/Controle Externo – Contabilidade/2012)

Uma fábrica mantém entre os diversos itens componentes de sua estrutura de gastos mensais os seguintes:

I.	Taxa mensal constante de energia elétrica.
II.	Matéria-Prima Consumida.
III.	Aluguel do galpão da fábrica.
IV.	Depreciação de equipamento calculada com base em unidades produzidas.
V.	Contrato de Seguro do prédio da administração geral.

Com base nessa informação é correto afirmar que

A) I e II são custos fixos.

B) III e IV são custos diretos.

C) II é um custo variável.

D) II e V são custos indiretos.

E) V é um custo direto.

10. (FCC/TRF 2ª Região/Analista – Contadoria/2012)

O sistema de custeio no qual os custos e despesas fixos são lançados diretamente em conta de resultado do exercício é denominado custeio

A) padrão.

B) por absorção.

C) ABC.

D) pré-determinado.

E) variável.

11. (FCC/TCE AP/Controle Externo – Contabilidade/2012)

Considera-se capacidade normal de produção a

A) capacidade total instalada da entidade para produzir, sem considerar as necessidades de manutenção preventiva e de férias coletivas que podem ser aplicadas ou não.

B) média que se espera atingir ao longo de vários períodos em condições normais, considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

C) menor produção obtida no último ano de produção, estabelecendo-se assim um padrão de referência para a entidade.

D) maior produção obtida nos últimos doze meses desconsiderando, caso haja, os meses que a entidade atinja a capacidade instalada total, considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes.

E) capacidade total instalada da entidade para produzir considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

12. (FCC/MPE-AP/Analista – Ciências Contábeis/2012)

A empresa Modelagem S.A., durante o mês de junho de 2012, perdeu parte da produção em decorrência da falta de energia, ocasionada por novas instalações que estavam sendo feitas na rede pública. Esses custos anormais devem compor

A) o custo dos estoques no ativo.

B) as despesas diferidas no ativo, pelo ciclo operacional.

C) o custo dos estoques no resultado (CMV).

D) as outras despesas operacionais.

E) despesas do período.

13. (FCC/Copergás/Técnico Administrativo/2011)

A empresa VivaGás adquiriu na Papelbrás Ltda. materiais de papelaria para uso no escritório no valor de R$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais). Adquiriu também, na Embalex Ltda., R$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais) de caixas para embalagens de seus produtos. Tratando-se de custos, a empresa VivaGás contabilizará

I. os valores de R$ 430,00 e R$ 2.070,00 como despesa e custo, respectivamente.

II. o valor de R$ 2.070,00 como custo.

III. apenas o valor de R$ 2.070,00 como despesa.

IV. o valor de R$ 2.500,00 como custo.

Está correto o que consta APENAS em

A) III.

B) II e IV.

C) IV.

D) I e III.

E) I e II.

14. (FCC/TRE AM/Contabilidade/2010)

A empresa Baratear adquiriu uma máquina para uso, exclusivo, na produção do produto A. A vida útil estimada da máquina é de 10 anos e a empresa utiliza o método das cotas constantes para depreciá-la. Em relação ao produto A, a depreciação da máquina é classificada como custo

A) fixo e primário.

B) fixo e indireto.

C) variável e direto.

D) variável e indireto.

E) fixo e direto.

15. (FCC/Bahia Gás/Analista – Ciências Contábeis/2010)

Os gastos com depreciação de equipamentos utilizados na fabricação de mais de um produto, salários de supervisores de produção, aluguel de fábrica e energia elétrica que não pode ser associada ao produto, devem ser classificados como custos

A) com materiais diretos.

B) diretos.

C) fixos.

D) variáveis.

E) indiretos.

16. (FCC/Bahia Gás/Analista – Contabilidade/2010)

"O custeio consiste de todos os custos de produção e tão somente os de produção do período alocados à cada unidade de produto processado neste período". Este conceito diz respeito ao método de custeio denominado

A) variável.

B) por absorção.

C) direto padrão.

D) por ordem.

E) direto.

17. (FCC/MPE-SE/Analista-Contabilidade/2009)

Na determinação do valor justo, quando referentes a matérias- primas, considera-se o

A) preço líquido de realização mediante venda no mercado deduzidos apenas dos impostos.

B) preço pelo qual possam ser repostas, mediante compra no mercado.

C) valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação.

D) preço líquido de realização obtido no mercado incluída apenas a margem de lucro.

E) valor líquido pelo qual possam ser alienadas a terceiros.

18. (FCC/ICMS-SP/AFR/2009)

Custo de Produção do Período é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica. Custo da Produção Acabada é a soma dos custos contidos na produção acabada no período. Custo dos Produtos Vendidos é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos. Com relação à afirmação acima, e tomando-se como base para comparação o mesmo período, é correto afirmar que

A) o custo de Produção será obrigatoriamente maior que os demais.

B) o custo da Produção Acabada será obrigatoriamente menor que os demais.

C) o custo dos Produtos Vendidos será obrigatoriamente maior do que os outros dois acima mencionados.

D) não existe correlação obrigatória de grandeza entre os três custos acima mencionados.

E) o custo de Produção Acabada será obrigatoriamente maior que os demais, por ser a soma dos custos contidos na produção.

19. (FCC/TJ-PA/Analista – Ciências Contábeis/2009)

A cooperativa dos produtores rurais do Município "Avante" produz e vende sacos de 50 kg de milho. De acordo com estimativas do setor produtivo, somente 98% dos grãos são aproveitados no processo de ensacamento. O contador de custos da cooperativa deve considerar os 2% normalmente desperdiçados durante a produção como

A) despesas.

B) custos.

C) perdas.

D) receitas.

E) investimentos.

20. (FCC/SEFAZ-SP/AFR/ICMS/2006)

Na terminologia de custos, são custos de conversão ou de transformação:

A) mão-de-obra direta e indireta.

B) mão-de-obra direta e materiais diretos.

C) mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação.

D) matéria Prima, mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação.

E) custos primários e custos de fabricação fixos.

13 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

GABARITO

QUESTÃO	GABARITO
1	B
2	B
3	C
4	D
5	A
6	C
7	B
8	A
9	C
10	E
11	B
12	E
13	E
14	E
15	E
16	B
17	B
18	D
19	B
20	C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.